

A QUESTÃO RACIAL, O PODER E A POLÍTICA:

Uma análise comparativa acerca da questão racial nas eleições municipais de 2020 e 2024 em Aracaju (SE)

Carlos Eduardo Trindade Santos (UFS)

Resumo: Este artigo tem como objetivo analisar as condicionantes sociológicas que impactaram nos resultados eleitorais obtidos pelas candidaturas de pessoas negras no pleito municipal de 2020 e 2024 para o cargo de vereador no município de Aracaju (SE) em contraposição ao aumento do conservadorismo e do embranquecimento da representação política neste espaço de poder. A partir de uma revisão bibliográfica e da análise de dados junto ao Tribunal Superior Eleitoral, buscamos ampliar nossa compreensão sobre as barreiras sociais, políticas, culturais e institucionais que dificultam o acesso de pessoas negras aos espaços de poder. Seus resultados apontam para dificuldades de várias ordens, não só financeira – reconhecidamente um dos maiores entraves –, as quais exigem iniciativas de mudança e repactuação da ordem democrática como um todo, tornando-a, de fato, participativa e diversificada do ponto de vista cultural.

Palavras-chave: Racismo; representação; democracia; movimento negro; ativismo; partidos; política; poder.

Abstract: This article to analyze the sociological factors that impacted on the electoral results obtained by the candidacies of black people in the 2020 and 2024 municipal elections for the position of councillor in the municipality of Aracaju (SE), as opposed to the increase in conservatism and the whitening of political representation in this area of power. Based on a literature review and analysis of data from the Superior Electoral Court, we sought to broaden our understanding of the social, political, cultural and institutional barriers that hinder black people's access to spaces of power. The results point to difficulties of various kinds, not just financial – admittedly one of the biggest obstacles – which require initiatives to change and rethink the democratic order as whole, making it truly participatory and culturally diverse.

Keywords: Racism; representation; democracy; black movement; activism; parties; politics; power.

1 INTRODUÇÃO

Início este artigo trazendo à baila uma avaliação pessoal da minha candidatura como a deputado federal pelo PT em 2002. De certa forma, acredito que esteja contribuindo para compor futuras análises das dificuldades enfrentadas pelas candidaturas negras aqui em Sergipe, onde as relações raciais impregnam toda a sociedade com seus preconceitos, discriminação e exclusões de todas as ordens.

O pleito de 2002 tinha dois marcadores políticos bem explícitos: a crise econômica no governo FHC e os ajustes de imagem e posicionamento do PT com vistas a, finalmente, alcançar o governo federal após três derrotas consecutivas. A carta aos brasileiros selou de vez o compromisso do partido com o ‘mercado’ acalmando possíveis oposições ao projeto eleitoral desta organização. Em Sergipe, Marcelo Deda, candidato do PT, tinha sido eleito Prefeito de Aracaju em 2000 e se preparava para apoiar José Eduardo Dutra, ex-senador que concluía com êxito o seu mandato de 1994 a 2002. Tinha um forte concorrente pela frente, o ex-governador João Alves Filho, o qual, acabou saindo vitorioso daquela eleição.

A minha decisão em lançar uma candidatura obedeceu algumas regras do *habitus* político e desobedeceu algumas outras. Fui motivado pela conjuntura propícia ao PT naquele momento quando as várias pesquisas de opinião constatava a força da candidatura do Lula para a Presidência da República e pelo trabalho desenvolvido na Sociedade Afrosergipana de Estudos e Cidadania (SACI) durante toda a década de 1990 com rebatimento no Fórum Sergipano de Entidades Negras e na Secretaria Estadual de Combate ao Racismo do PT/SE. Enfim, a entrada na política institucional via um mandato, potencializaria todo o trabalho que havíamos realizado a nível local e nacional. Esta era a expectativa.

Por outro lado, nos confrontávamos com a realidade do campo político. Éramos 11 candidaturas a deputado federal pelo PT, numa chapa composta por duas lideranças sindicais de peso, um representante do movimento rural, o candidato priorizado pela gestão do Deda, um ambientalista e uma liderança da área do direito que acabou sendo o mais votado. Encerrei a campanha na 5ª suplência com 5.821 votos e, dentre estes, 3.717 votos em Aracaju. Esta minha candidatura era mais interessante para o movimento social negro do que para o Partido, no entanto, internamente, na organização partidária todos sabiam que, no máximo, apenas um da chapa seria eleito e não seria eu.

De qualquer forma, a campanha teve muitos aspectos positivos que incorporam funções de aprendizagem neste campo político. Angariamos o apoio de grande parte do movimento

social negro sergipano e de partes minoritárias do PT, estabelecemos acordos com outras candidaturas para a assembleia legislativa, mobilizamos amigos e familiares para a campanha. Em paralelo, apresentamos para a população um perfil apropriado, estética e politicamente falando, a um projeto federal. Na lógica das oitivas populares, conseguimos levar a mensagem para um número razoável de eleitores mesmo que não tenhamos transformado toda a audição em votos. Foi a primeira campanha raça e classe de Sergipe.

Na outra ponta, nos defrontamos com limites que embargam o sucesso em qualquer campanha eleitoral. O principal é a falta de recursos financeiros oriundos do partido ou de empresas – neste ano ainda poderia haver financiamento empresarial. Contamos com recursos pessoais e apoio de amigos para deslocamento que foram importantes, mas insuficientes para fazermos frente as demais candidaturas. Através das ações desenvolvidas pela SACI também conseguíamos ampliar o público ouvinte da nossa mensagem. Foi uma campanha realizada com algo em torno de 60 mil reais, um valor irrisório para o cargo em disputa. Em termos comparativos, com a aprovação das cotas raciais para o financiamento público de campanha a partir de 2020, uma candidatura de uma pessoa negra, ativista ou não, acessará recursos financeiros no valor médio de 100 mil reais.

Os resultados alcançados nos forneceram algumas lições para candidaturas da mesma natureza que a minha. A primeira é que diferente das constatações de vários estudos, os eleitores não têm ouvidos impermeáveis à pauta racial e esta audição deve aumentar sobremaneira com o avanço tanto da política de ação afirmativa quanto na ampliação do acesso da população negra às políticas universais de saúde, educação, geração de emprego e assistência social. Ainda que não seja um quantitativo relevante, ficou demonstrado que existe um voto racial negro em Sergipe que pode ser disputado em futuras pejeas eleitorais por ativistas da causa desde que vinculem esta pauta a outros fatores que são fundamentais para atuação no campo político. E, finalmente, é imprescindível não somente filiar, mas ser um ator ativo na construção partidária no intuito de galgar postos na nominata eleitoral.

Durante o mestrado nos detemos na avaliação da participação de ativistas negros (as) de Aracaju na campanha municipal de 2020. Aproveitando as reflexões desta pesquisa, realizamos neste artigo uma comparação daquele pleito com o que se encerrou neste ano de 2024 para chamar atenção a forma como a política na capital sergipana vem se tornando

conservadora, embranquecida e excludente de representação dos grupos sociais subalternos, considerando que vivemos numa cidade composta por mais de 60% de pessoas negras, as quais, na sua grande maioria, sobrevive em situação de grande vulnerabilidade social.

Nesta perspectiva, levantamos desafios presentes para inserção de negros (as) nos espaços de poder, citamos alguns casos emblemáticos de ocupação destes espaços por ativistas negros (as) no plano nacional, analisamos a conjuntura política dos últimos 10 anos e demonstramos as perdas de espaço político havida entre as duas eleições supracitadas fragilizando por demais a luta por equidade racial em Aracaju.

2 A SUB-REPRESENTAÇÃO E OUTROS DESAFIOS DA INSERÇÃO DE NEGROS (AS) NOS ESPAÇOS DE PODER

Inobstante ser um tema ainda pouco estudado pela sociologia, política e outras disciplinas que integram o chamado campo das ciências humanas, alguns trabalhos vêm referenciando as análises sobre os fatores que contribuem para a permanência de uma sub representação de negros (as) nos espaços de poder. Sem ter a pretensão de esgarçar todas as possibilidades, vamos trazer à tona aqueles que entendemos como mais apropriados para os objetivos deste artigo.

Mesmo admitindo ser este fenômeno uma realidade da formação racista e excludente da sociedade brasileira e, conseqüentemente, do modelo político que a reproduz, compactuamos da visão que o posiciona como um dos grandes desafios para os regimes democráticos nas sociedades contemporâneas não somente pelas justas reivindicações das múltiplas identidades culturais vigentes no palco da sociedade, mas por embargar o enriquecimento do debate público ao restringir as decisões políticas que induzem a sociedade a uma visão parcial de mundo oriundo de um determinado grupo social, geralmente composto por homens brancos de classe média e alta, heterossexuais e integrantes de religiões cristãs, os quais detêm ampla maioria nos espaços de poder.

No caso brasileiro, algumas tímidas medidas vêm sendo tomadas, tanto no intuito de conhecer melhor esta realidade quanto no de favorecer a participação e eleição de candidaturas negras a cada processo político eleitoral, tais como a inclusão do item raça/cor na base de dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e o estabelecimento de um valor

específico do Fundo Eleitoral para essas mesmas candidaturas visto ser o financiamento das campanhas um dos maiores gargalos para o sucesso eleitoral.

Sem estabelecer uma ordem de importância, pois os fatores estão imbricados na formação social brasileira, selecionamos cinco deles que contribuem para a reflexão em tela, quais sejam:

2.1 O quadro de desigualdades sobre o qual vive a população negra no Brasil:

O modelo de identidade nacional construído no país para equacionar o amálgama das três raças tristes, não foi capaz de propor uma solução para a desigualdade que perdurou do fim da monarquia estruturada sob o trabalho do escravizado negro africano do período republicano vigente até os dias atuais.

A política imigratória de finais do século XIX até meados do século XX com fins de branquear o país, foi preponderante para a exclusão da população negra do mercado de trabalho livre e para promover um *apartheid* espacial, expulsando-a das localidades mais próximas aos centros urbanos e ao parque fabril, conseqüentemente dificultando o acesso deste contingente às políticas públicas de saúde, educação e assistência social o que rebate na falta de oportunidades para a sua mobilidade social.

Esta forma como o racismo se estruturou na sociedade brasileira, reforçando as desigualdades, o preconceito e a discriminação racial impacta sobremaneira nas chances que uma candidatura negra tem de obter sucesso numa empreitada eleitoral concorrendo com pessoas privilegiadas – do ponto de vista racial, social e econômico. Por fim, este modelo também vai incidir na própria qualidade do regime democrático visto que essas pessoas privilegiadas vão decidir sobre a vida de quem não tem privilégio nenhum a partir de valores próprios da sua condição de classe e raça, conforme apresentado por Machado e Campos (2020).

2.2 O recrutamento partidário:

Este fator tem várias nuances que merecem ser destacadas, mas um dado se sobrepõe em todas as pesquisas realizadas até o momento, qual seja, o número de candidaturas negras lançadas pela totalidade dos partidos se assemelha à proporção populacional deste contingente em cada unidade federativa, porém, fica muito abaixo

quando comparado ao número daqueles que obtiveram o sucesso eleitoral. No ano de 2020, inclusive, pela primeira vez, o número de candidaturas negras superou a de pessoas brancas no Brasil. É neste filtro entre a campanha e o resultado final da eleição que a influência do partido é determinante como nos lembra Machado e Campos (2020).

Este filtro partidário em relação às candidaturas ofertadas pelos partidos no mercado eleitoral ocorre porque há sempre mais candidatos do que vagas a serem ocupadas no pleito. Sabendo disto, a direção partidária acaba favorecendo determinadas candidaturas em

detrimento de outras cuja possibilidade de vitória é irrisória. Entretanto, cabe ressaltar que não há um desestímulo por parte dos dirigentes para que candidaturas sem grandes chances eleitorais desistam de concorrer, antes o contrário, visto que a condição precípua para ser eleito é atingir o coeficiente eleitoral, ou seja, os vencedores precisam somar seus votos aos dos demais correligionários para alcançarem a votação mínima exigida para assumir um mandato legislativo. Geralmente, são as candidaturas negras que, por terem menos recursos de campanha, servem de degrau para os eleitos priorizados pelo partido alcançarem seus objetivos.

Isto permite uma outra reflexão acerca de quem são os quadros preferidos pela direção partidária. As candidaturas da chamada militância de base têm bem menos chance de irem para o topo da lista do partido em comparação com aquelas que detêm alguma função nesta organização em decorrência das vantagens oferecidas pela sua profissionalização visto que fazem política em tempo integral e contam com toda a estrutura do partido para execução destas tarefas. Portanto, ocupar um cargo no partido favorece a candidatura no momento da sua alocação na lista partidária.

Por fim, vários estudos ressaltam a influência da posição do partido no sistema político observando com aqueles que detêm maior sucesso eleitoral, são mais impermeáveis ao acesso e apoio a candidaturas negras. Por outro lado, os partidos menores que buscam ampliar seu espaço, facilitam o acesso para essas candidaturas visando atingir o coeficiente eleitoral imposto pelas regras do jogo. Porém, cabe ressaltar, este acesso não significa ir para o topo da lista partidária e, mais das vezes, transformam-se em “laranjas” para aqueles que, de fato, querem eleger.

No campo partidário, outros fatores também influenciam a posição de determinado candidato na sua nominata. O primeiro deles refere-se ao apoio direto do candidato majoritário a campanha do candidato proporcional da sua preferência interferindo decisivamente no resultado positivo que este alcançara. O segundo exemplo onde uma candidatura sai com vantagens políticas em relação às demais ocorre quando o nome indicado já trabalha no mandato de algum político que o lidere e possibilite que a população o veja sempre ao lado daquele que já vem, através de um mandato, trazendo algum benefício material para um determinado grupo de eleitores, pois a candidatura torna se correia de transmissão do mesmo projeto em andamento e com diversos *cases* de sucesso. Por fim, experimenta vantagens na concorrência política àquelas candidaturas cujo representante foi escolhido pelo partido para ocupar determinada função pública e, a partir desta, tem maior visibilidade pública e maior presença social antes do período restrito de campanha.

Afora os cargos em órgãos específicos onde são operadas as políticas de promoção da igualdade racial são raros ocupados por pessoas negras nos exemplos acima indicados. Esta linha de pensamento nos remete para a necessidade dos partidos mais fortes, eleitoralmente falando, serem desafiados a alterar outros dois fatores que contribuem para a manutenção desta sub-representação racial e que veremos a seguir, quais sejam o financiamento de campanha e o perfil das candidaturas priorizadas, quase sempre compostas por homens brancos.

2.3 O financiamento de campanha:

Tendo em mente que uma campanha envolve um volume extraordinário de recursos financeiros, não é difícil constatar as dificuldades que uma candidatura negra vai encontrar numa determinada disputa eleitoral, mesmo após o Supremo Tribunal Federal (STF) ter aprovado uma cota do Fundo Partidário de forma proporcional para este público. São gastos de diversas ordens que um candidato realiza para fazer sua mensagem chegar até o eleitor. Como os recursos são limitados, a direção acaba selecionando as candidaturas mais viáveis como destino da maior parte dos recursos disponíveis. A outra alternativa que é o autofinanciamento fica restrito às pessoas mais aquinhoadas e oriundas das classes alta e média alta, qual seja, o candidato branco.

Um dado interessante trazido pelo estudo *“Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras”* dos economistas (Firpo; França; Portela; Tavares) do Núcleo de Estudos Raciais do INSPER (2022), além de apontar a forte relação entre financiamento de campanha e voto, e a concentração dos recursos embutidos em poucos candidatos, mostra que esta concentração é maior entre candidaturas negras do que entre as brancas,

ou seja, se constata a existência de várias candidaturas negras com recursos escassos e poucas com maiores parcelas desses recursos, enquanto que dentre os brancos esta concentração é bem inferior, ou seja, existem mais candidaturas brancas que receberam valores razoáveis para bancar a sua campanha.

De fato, dentre o universo de 20% a 30% de candidaturas eleitoralmente viáveis e para onde, conseqüentemente, são destinados a maior parte dos recursos financeiros mobilizados numa campanha, a presença negra é irrisória. De acordo com os mais diversos estudos, esta realidade está correlacionada ao perfil e aos recursos pessoais valiosos que dispõe cada pessoa integrante do pleito eleitoral, como veremos a seguir.

2.4 O perfil sociopolítico da candidatura:

No percurso da análise ora conduzida por este trabalho, tem-se constatado que tanto os partidos políticos quanto o dinheiro utilizado na execução da campanha não obedecem uma distribuição equitativa na nominata de cada organização, recorrendo na destinação dos recursos e na escolha de prioridades e critérios outros afeitos à própria formação da cultura e da sociedade brasileira. No mapa de características pessoais mais viáveis eleitoralmente algumas situações explicitam os motivos de perdurar a sub-representação racial da população negra nos espaços de poder em contraposição ao que ocorre com o indivíduo branco do sexo masculino. Amora (2008) traçou as linhas gerais deste processo na sua tese de doutorado, recorrendo a contribuição de Foucault e Bourdieu (1989), que afirma:

Neste sentido, podemos interpretar o processo de exclusão no campo político do seguinte modo, de um lado temos uma baixa capilaridade do sistema político diante do modo como ele se estrutura econômica, política e socialmente, o que significa compreender o sistema de financiamento de campanhas, o modelo de estruturação das candidaturas nos partidos políticos, o horário eleitoral gratuito e a base social das candidaturas. Entretanto, além disso, existe um fator fundamental, as regras informais e os processos simbólicos do campo político. Se de um lado é possível explicar as barreiras formais do campo político a partir daquelas categorias econômicas políticas e sociais, será possível buscar compreender também os processos de violência simbólica que excluem negros e negras dentro e fora da esfera política institucional. Este processo de socialização do campo político está marcado por mecanismos de aceitação de um habitus político, ou seja, disposições inscritas na estrutura do campo que vão ser confrontadas, em um conflito político não declarado, com as disposições e o habitus prévio daquele que postula se inserir neste campo (Amora, 2008, p. 61).

É próprio das democracias liberais e nestas dos partidos em disputa pelos espaços de poder, buscarem conquistar estes espaços através da eleição dos seus candidatos, os quais são escolhidos a partir tanto de critérios objetivos quanto subjetivos. Ao fim e ao cabo, para a representação política nas esferas de poder, vão indicar e eleger as pessoas mais preparadas para representar os seus interesses. Dentre estes critérios encontram-se o grau de instrução, a classe social, a colocação profissional, o patrimônio, hereditariedade, o gênero e a chamada participação cívica, ou seja, o envolvimento da pessoa em coletivos que são verdadeiras escolas de representação de interesses.

Geralmente, o impacto destes critérios sobre a votação de um candidato não ocorre de forma isolada. Comumente, o sucesso eleitoral se concretiza pela agregação dos mesmos num determinado candidato performando, por um lado, uma aristocracia política de privilegiados brancos e do sexo masculino; e, por outro, mantendo e solidificando a sub-representação da população negra e de mulheres no sistema político. Exemplificando, candidatos com formação

de nível superior – tanto pela especialidade profissional quanto pela rede de relações construídas durante a vida universitária – oriundos de classes médias e altas e com algum patrimônio serão mais valorizados eleitoralmente do que aqueles que não detém essas mesmas condições. Esta mesma lógica cabe para os candidatos que exercem profissões mais valorizadas no mercado político permitindo a estes um maior acesso ao financiamento e demais recursos de campanha.

Não obstante estes filtros socioeconômicos que embargam o acesso de pessoas negras nas esferas do poder político, parte daquelas que não se enquadram nestes critérios formais conseguem ser prioridade partidária como resultante da sua participação cívica, seja nos chamados movimentos sociais, seja em associações comunitárias, seja em grupos de igreja. Enquanto os partidos situado mais à esquerda da matriz ideológica tendem a recrutar quadros nestes movimentos sociais que lutam por direitos ou pela cultura e pautas afins, os partidos de centro ou de direita recrutam quadros mais vinculados à religião ou associações de caráter conservador.

No caso específico da questão racial no Brasil, essa participação cívica vai se operar via o chamado movimento social negro. Não há consenso, porém, sobre a capacidade das organizações que o compõe influenciar decisivamente no processo eleitoral e mesmo noutros espaços de interação racial. Hasenbalg (2005) aponta tanto a cooptação de lideranças, a manipulação ideológica e a repressão às manifestações de caráter racial com empecilhos a uma ação mais contundente destes movimentos na sociedade, assim como ocorreu nos Estados Unidos, onde o trabalho das organizações de defesa da população negra norte-americana, possibilitou a este contingente ocupar um lugar nas esferas de poder.

Por outro lado, há consensos sobre o fato da impermeabilização do sistema político brasileiro não ter impedido este movimento de obter importantes avanços na luta antirracista no país, a exemplo da política de ação afirmativa com foco em cotas raciais ou o próprio aumento da autoidentificação racial por parte da população negra brasileira.

De um lado ou do outro da matriz ideológica, mesmo pessoas oriundas das classes mais baixas ou pertencentes ao contingente não branco da sociedade, podem ocupar espaço político a partir do aprendizado incorporado na sua vida cívica social, mas continuarão sendo exceção à regra acima imposta pelo padrão de relações raciais presentes no país. De acordo com as conclusões de Machado e Campos (2020):

Em primeiro lugar, parece haver uma perniciosa interação entre as dinâmicas sociológicas da discriminação racial no Brasil e o funcionamento próprio do nosso sistema eleitoral. Do ponto de vista sociológico, nossos dados parecem corroborar a

ideia de que preto (a)s e pardo (a)s enfrentam dificuldades maiores de ascensão à medida que se acirra a competitividade por recursos socialmente valiosos. Algo similar parece ocorrer na política: a discriminação racial não apenas permanece operando em diferentes contextos competitivos, mas o aumento dessa competição parece aumentar a marginalização dos negros (Machado; Campos, 2020, p. 148).

Noutras palavras, mesmo as candidaturas da população negra tendo superado a de brancos neste processo eleitoral em 2020, nos estratos onde as candidaturas mais viáveis e com mais recursos eleitoralmente válidos estão colocadas, a presença negra é extremamente minoritária.

2.5 Problematizando o voto racial:

O debate acima acerca dos perfis sociais que são melhores avaliados pela população no momento da escolha do seu voto, contribui para abrirmos uma outra discussão sobre o comportamento eleitoral dos negros (as) brasileiros (as). De uma forma geral, analisando pesquisas de vários pleitos eleitorais, nacionais ou municipais, percebe-se uma tendência da população negra delegar seu voto a candidaturas majoritárias populistas ou posicionados mais à esquerda do espectro ideológico vide os casos dos desenvolvimentistas (Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart, Lula da Silva, Leonel Brizola no caso do Rio de Janeiro em 1982, para citar alguns exemplos).

Esta postura, entretanto, ainda não se traduz numa ampliação significativa da votação de candidaturas negras proporcionais. Mitchell (2009), em artigo sobre ‘Identidade coletiva negra e escolha eleitoral no Brasil’, resalta alguns estudos sobre esta realidade, a exemplo do fato de que mais do que um voto étnico o que ocorre é alguns partidos políticos recorrerem a esta pauta na sua campanha; ou a não familiaridade ou desinteresse do eleitor seja com as candidaturas negras e suas afiliações raciais; ou a própria postura dos poucos eleitos em não pautar a questão racial no seu mandato; ou a relação ou pertencimento de classe contribuindo para a eleição de candidaturas negras; ou, por fim, a forma como a mídia retrata a questão racial no Brasil.

Na pesquisa que esta cientista realizou comparando o voto negro em Salvador (BA) e São Paulo (SP), fornece aspectos importantes a serem ressaltados neste contexto. Um primeiro seria que há uma influência etária na incidência de votos às candidaturas negras, ou seja, afro-brasileiros acima de 40 anos de idade são mais propensos a praticarem o voto racial do que outros mais jovens. Uma segunda observação trata que afro-brasileiros residentes em áreas empobrecidas e de baixa renda tendem a votar menos em candidaturas negras do que outros

que residem em bairros de classe média e têm um nível de renda melhor. Decorrente deste dado, coloca ainda que à medida que aumenta o *status* socioeconômico, aumenta também a propensão ao voto em candidatos negros (Mitchell, 2009, p. 293). Em seguida, ressalta a questão da identidade demonstrando que “um afro-brasileiro que se identifica como negro (seja preto ou negro) é mais do que uma vez e meia propenso a votar em candidatos negros do que afro-brasileiros que se identificam como brancos” (Mitchell, 2009, p. 294). Isto ocorre por saberem que o seu cotidiano de preconceito e discriminação não persiste até os dias atuais somente em decorrência de uma situação de classe, mas, principalmente, por sua condição racial.

Por fim, vale a pena trazer as importantes reflexões de Castro (1993) sobre raça e comportamento político a partir de *survey* em quatro cidades brasileiras durante as eleições de 1989. Interessavam essas importantes reflexões frente às desigualdades econômicas e educacionais entre brancos e não brancos, haveria expressões diferenciadas de comportamento por parte destes grupos sociais e se esta realidade implicaria na constituição de uma identidade étnica que impactaria de alguma forma em opções eleitorais e partidárias específicas. De antemão, Castro (1993) concorda que o fator raça ou o problema racial brasileiro, interfere na decisão de voto do seu eleitorado seja ele branco ou não branco.

Dessa maneira, Castro (1993) explicita as dificuldades que o movimento social negro enfrenta para fazer com que sua mensagem em prol da mudança da realidade da população negra seja ouvida por este contingente de pessoas e, em decorrência, tenha essa oitiva transformada em votos nas urnas a cada pleito eleitoral.

3 CASOS EMBLEMÁTICOS DE OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DE PODER POR ATIVISTAS NEGROS (AS)

Alguns exemplos históricos, baseados nos estudos da Flávia Rios (2014/2020), Abdias Nascimento e Elisa Larkin Nascimento (2000), Assunção de Maria Souza e Silva (2022), na base de dados do Congresso Nacional e, enfim, na biografia pessoal de cada pessoa aqui citada, podem ilustrar bem os caminhos percorridos por ativistas do movimento social negro no intuito de ocupar espaços nas esferas de poder brasileiro. Como não são extensos os nomes que se enquadram neste perfil de ativistas que toparam realizar uma empreitada político-eleitoral, ressaltamos alguns fatores que influenciam no sucesso ou no aprendizado já que entendemos que a participação política incorpora mais esta função do que propriamente o sentimento de derrota. Resgatamos as experiências de Abdias do Nascimento, Benedita da Silva, Francisca Trindade, Luiz Alberto, Lélia Gonzalez e Hélio Santos para demonstrar como o apoio do

candidato majoritário; a participação cívica e a realidade de exclusão social e baixa participação e consciência política da população negra influenciam, de fato, no processo eleitoral.

O primeiro exemplo demonstra como o apoio de um candidato majoritário pode ser decisivo para um ativista negro obter sucesso eleitoral e assumir um mandato parlamentar. O maior exemplo deste fator foi a relação entre Leonel Brizola e Abdias Nascimento no Rio de Janeiro (RJ), tanto nas eleições de 1982 quanto na seguinte, de 1986. Somente pelos votos conquistados nas urnas, Abdias nunca ocuparia um mandato parlamentar, pois obteve 15.010 votos em 1982 disputando uma vaga para deputado federal e apenas 7.645 votos em 1986, na disputa para senador constituinte. O governador Leonel Brizola estava convencido da importância de ter um quadro com a capacidade e compromisso do Abdias tanto na Câmara quanto no Senado Federal e montou toda uma operação, trazendo os primeiros eleitos para o poder executivo, abrindo a vaga para que este último sentasse na cadeira e pudesse contribuir com a ampliação do debate em torno da questão racial no Congresso Nacional (CN).

No segundo exemplo trazemos três casos bem interessantes, os quais constataam a força que a participação cívica proporciona para quem pretende entrar no campo da disputa eleitoral. Nos casos em tela, a participação não está restrita ao movimento social negro. A força dos quadros ora citados reside justamente na diversificação da sua participação social para além da questão racial, mas sem abrirem mão da luta antirracista. O primeiro caso é o de Benedita da Silva, por sinal, o mais longo caso de uma mulher negra presente num espaço hegemônico por homens brancos. Há mais de quarenta anos, Benedita vem atuando no executivo e no legislativo municipal, estadual e federal em prol da população negra carioca e brasileira. Ela conseguiu apensar ao seu histórico de luta contra o racismo e contra o machismo, a questão comunitária através da Federação das Associações de Moradores do Rio de Janeiro e a sua formação religiosa edificando os alicerces do seu famoso mote de campanha: mulher, negra e favelada. Na sua carreira política exemplar, Benedita foi Deputada Federal em 1986 com 27.460 votos; em 2010 com 71.036 votos; em 2014 com 48.163 votos; em 2018 com 44.804 votos; e, em 2022, com 113.831 votos. Foi a Senadora mais votada no Rio de Janeiro em 1994 com 2.249.861 votos. No poder executivo, foi Governadora do Estado do Rio de Janeiro de 1999 a 2002; Ministra do Desenvolvimento Social de 2003 a 2007 e Secretária de Assistência Social do Rio de Janeiro de 2007 a 2010.

O segundo caso é de uma liderança pouco conhecida nacionalmente, mas de grande referência política no seu estado natal, o Piauí (PI). Trata-se de Francisca das Chagas Trindade fundadora do Partido dos Trabalhadores naquele estado tendo sido vereadora de 1995 a 1998, Deputada Estadual eleita com 26.088 votos de 1999 a 2003 e, em 2002, foi eleita a Deputada

Federal mais votada do Piauí com significativos 165.190 votos. Além do movimento comunitário semelhante ao que fazia Benedita, Francisca Trindade integrava as comunidades eclesiais de base e foi fundadora da principal entidade do movimento negro piauiense, o Grupo Coisa de Negro. Infelizmente esta liderança veio a óbito em 2003, ainda no início do seu mandato na Câmara Federal, mas deixou um belo legado para todos que lutam por justiça social.

O terceiro caso vem da Bahia (BA) com o trabalho realizado por Luiz Alberto. Além de fundador e militante negro do Movimento Negro Unificado (MNU/BA), mantinha vínculo profissional e político com o movimento sindical por ser trabalhador da Petrobrás na Bahia. Esta militância baseada e estruturada sobre o lema de raça e classe possibilitou que conquistasse quatro mandatos para a Câmara Federal. Em 1988 obteve 29.900 votos; em 2002 obteve 62.322 votos; em 2006 chegou a 60.950; e, por fim, em 2010, alcançou sua maior votação com 63.686 votos.

O terceiro exemplo merece análise mais acurada sobre os seus resultados por se tratar de iniciativas intrínsecas ao movimento social negro, recaindo na conclusão apontada acima por Castro (1993) sobre certa distância entre os intelectuais orgânicos deste movimento e a base populacional que defendem. Resgatamos a experiência eleitoral de Lélia Gonzalez no Rio de Janeiro e de Hélio Santos em São Paulo, ambos respectivamente nos anos de 1982 e 1986. Lélia conquistou 14.909 votos em 1982 como candidata a Deputada Federal pelo Partido dos Trabalhadores e 8.286 votos em 1986 como candidata a Deputada Estadual pelo PDT. Como uma intelectual do calibre da Lélia, professora universitária, feminista, de classe média detendo vários recursos eleitoralmente valiosos, não conseguiu obter um mandato legislativo nestas duas oportunidades, é algo que precisa ainda ser estudado.

Fato semelhante ocorreu com o Prof. Hélio Santos, um dos quadros mais preparados do movimento social negro brasileiro. Na época era muito próximo a Franco Montoro, ex-governador de São Paulo e foi, junto com Ivair Santos, os idealizadores do Conselho Estadual de Participação da Comunidade Negra. Além disto, tinha um currículo que também se enquadrava nos requisitos eleitorais e sua eleição seria de grande valia para a inserção da pauta racial no Congresso Nacional. Hélio obteve 27.462 votos em 1982 e 25.683 votos em 1986. Questionando-o pessoalmente sobre esta realidade experimentada por ele e por Lélia, afirmou que em 1982 viu a recepção a suas proposições de campanha como bastante positiva, comprovando que havia pessoas antirracistas dispostas a eleger candidaturas negras e que, em 1986, dada a acirrada disputa para a Constituinte, mesmo com a campanha estruturada, não havia como concorrer com os pesos pesados do seu Partido, o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB). Podemos inferir que excetuando o enquadramento dos perfis

destas duas lideranças negras, outros fatores foram determinantes para que não alcançassem a votação almejada, especialmente, o lugar na nominata partidária e a disponibilidade de recursos financeiros, similar ao volume captado por seus pares e correligionários. Claro, também, que nenhuma destas campanhas chegaram a interagir com a parcela mais empobrecida da população negra, não por descaso ou falta de vontade dos candidatos, mas basicamente por limites na estrutura de campanha.

Em suma, alguns fatores são decisivos para o sucesso eleitoral de ativistas negros (as) como podemos ver a partir dos exemplos históricos acima lembrados: a relação política e pessoal com o majoritário; a inserção partidária; a ampliação da participação cívica para além do movimento social negro – levando em conta as múltiplas identidades que qualquer pessoa pode agregar, tais como racial, educacional, profissional, religiosa, política, econômica, etc. – mas sem abrir mão do desenvolvimento institucional e organizacional das organizações que integram este segmento com vistas a aproximá-lo cada vez mais do seu contingente populacional mais empobrecido visando alterar a sua realidade cotidiana.

4 OS ANTECEDENTES HISTÓRICOS DA PRESENÇA NEGRA NA POLITICA ARACAJUANA

Restringindo as análises ao contexto aracajuano e nas disputas para a câmara de vereadores, apenas três ativistas da causa racial colocaram o nome à disposição de partidos políticos para concorrerem a um mandato eletivo: a Professora Angélica Oliveira, Isabel Nunes e Josineide Dantas, mais conhecidas como Gigi Poetisa. Entrevistei essas mulheres entre os dias 11 e 17 de abril de 2023 para levantar as informações ora apresentadas. Todas tinham dificuldades pessoais para atender uma demanda partidária diante da necessidade de cumprirem a cota de gênero exigida pelo Tribunal Superior Eleitoral. A Professora Angélica e Isabel Nunes são militantes do PT e participaram apenas de uma campanha eleitoral. Josineide Dantas, era militante do PT e depois se filiou ao recém-criado PSOL. Ela, aliás, é a grande recordista de participação de ativistas da causa racial em campanhas eleitorais apresentando-se para a disputa por seis vezes, incluindo a campanha de 2022.

São três mulheres, mães de família – Professora Angélica com um filho e Isabel Nunes com três à época em que foram candidatas e a Gigi com cinco filhos e quatro netos – com certa estabilidade pessoal por serem funcionárias públicas concursadas da área da educação e da saúde. Isabel Nunes, além de professora, também trabalhava na câmara de vereadores de Aracaju como taquígrafa.

Estes compromissos familiares não impediram estas ‘guerreiras’ de atuarem no Movimento Negro e Popular de Sergipe. A professora coordena a Lavagem da Catedral Metropolitana desde a primeira metade da década de 1980, Isabel Nunes atua no meio cultural vinculado ao samba e a Gigi Poetisa faz parte do Fórum de Entidades Negras, da Rede de Mulheres Negras e no Sindicato dos Agentes Municipais de Saúde.

A participação destas três lideranças nas eleições municipais se deu em períodos diferenciados. As professoras Angélica e Isabel foram candidatas para a função de vereadora no pleito de 1996 quando seu partido (PT) lançou para Prefeito um candidato negro, Ismael Silva. A primeira teve 178 votos e a segunda 72 votos. A candidata Josineide Dantas iniciou sua carreira em 2012 e continuou participando de campanhas até os dias atuais. Em 2012, pelo PT, teve 125 votos; em 2016, pelo PSOL, teve 162; e, em 2020 também pelo PSOL, alcançou 257 votos.

Os resultados acima decorrem da falta de apoio do partido que as mobilizaram para entrar na campanha visando o cumprimento da cota de gênero, porém, não forneceram as condições necessárias para garantir um mínimo de qualidade na abordagem destas mulheres junto aos seus eleitores. Como elas mesmas citaram, os votos foram oriundos de laços familiares, de amizades próximas, vizinhança ou dos integrantes dos grupos sociais que participavam. Mesmo a relação com as candidaturas majoritárias, caracterizavam-se mais por um apoio de mão única sem retorno para estas mulheres e todo esforço para eleger o candidato ao executivo em troca de promessas de ocupação de algum cargo na administração municipal.

Esta lacuna de candidaturas de ativistas negros entre 1996 e 2012 vai ser preenchida pelo conjunto das entidades que compunha o Movimento Social Negro em Sergipe, com o apoio a outras candidaturas negras (pretas e pardas) de partidos de esquerda, porém, sem vínculo orgânico com a questão racial. Foram vários casos de sucesso eleitoral destas pessoas que detinham melhor estrutura de campanha e pessoal, estavam bem colocados nas nominatas dos partidos e contavam com apoios estratégicos de organizações e pessoas para angariar votos.

O Francisco Gualberto tinha sido anteriormente candidato derrotado a Prefeito de Aracaju pelo Partido Socialista dos Trabalhadores Unificados (PSTU) e voltou ao PT com apoio do movimento sindical e parcela do movimento negro se elegendo vereador neste ano em que o ex-deputado federal Marcelo Deda elegeu-se Prefeito de Aracaju. Conceição Vieira foi candidata a vice-governadora na chapa do ex-senador petista José Eduardo Dutra, em 2002, e conseguiu se eleger vereadora quando Marcelo Deda foi candidato a reeleição. Foi ainda Secretária Municipal de Assistência Social na primeira gestão de Marcelo Déda. Emanuel Nascimento era do grupo político de Jackson Barreto e veio para o PT para se eleger por três

mandatos neste início de século. Rosângela Santana era dirigente sindical do corpo docente da Administração Municipal de Aracaju e petista de carteirinha quando se elegeu vereadora em 2008 também com o apoio do Movimento Social Negro. Lucimara Passos e o Professor Bitencourt obtiveram os votos da militância que Unegro, organização negra que apoia o PC do B, porém cabe ressaltar que este último (Professor Bitencourt) assumiu a Presidência e é uma pessoa de alta confiança do principal dirigente deste Partido, o atual Prefeito de Aracaju Edvaldo Nogueira, enquanto a Lucimara é irmã do principal gestor do Prefeito Edvaldo na administração municipal. Por fim, Iran Barbosa, dirigente do Sindicato Estadual dos Professores do Estado de Sergipe e de uma das mais fortes tendências políticas do PT, também obteve grande apoio de grande parte da militância negra sergipana.

Mais uma vez o sucesso é justificado por posicionamento estratégico dentro do partido onde se está filiado, pela relação com os majoritários, pela inserção na gestão pública e, seguidamente, pela participação cívica ampliada no âmbito da sociedade. São os chamados recursos eleitorais valiosos que fazem a diferença no momento da disputa pelo acesso aos espaços de poder. A Tabela nº1 a seguir traz um exemplo desta realidade:

TABELA 1: VEREADORES NEGROS (PRETOS E PARDOS) APOIADOS PELO MOVIMENTO SOCIAL NEGRO DE SERGIPE NO PERÍODO DE 2000 A 2018

ANO	NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO
2000	Francisco Gualberto	PT	4.729
2004	Conceição Vieira	PT	4.463
	Emanuel Nascimento	PT	4.665
2008	Emanuel Nascimento	PT	4.051
	Rosângela Santana	PT	3.689
2012	Emanuel Nascimento	PT	1.296
	Lucimara Dantas Passos	PC do B	1.239
2016	Iran Barbosa	PT	8.809
	Professor Bitencourt	PC do B	2.287

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

5 CONJUNTURA POLÍTICO-ELEITORAL ENTRE 2020 E 2024 EM ARACAJU

No contexto de Aracaju, a conjuntura político-eleitoral de 2020 foi abordada por Lopes (2020) em seu texto opinativo intitulado: “*Opinião – A ‘geleia geral’ das eleições municipais de 2020 em Aracaju*”, publicado no portal JL Política, quando apresentou sua principal indagação: “Não dificultam a consolidação da democracia, na medida em que a união entre eles se dá pela mera conveniência eleitoral e não pelo compartilhamento de ideias comuns?”. Este questionamento leva a discutir se de fato com as mudanças eleitorais a cidade apresentou uma maior diversidade de candidaturas em relação às eleições anteriores, o que pode ser entendido como um sinal de que a população está buscando representantes mais próximos de sua realidade e de suas demandas. No entanto, o autor destaca que as mudanças mais significativas para os cargos de vereança ocorreram pela interrupção do processo de eleições proporcionais, e que agora os candidatos eleitos poderão ser aqueles com mais identidade e competência para propor leis e fiscalizar o executivo municipal.

No tocante à participação de pessoas fora do padrão vencedor em processos eleitorais: homem, branco, heterossexual no pleito daquele ano, é importante destacar que houve uma mobilização significativa da população em prol dessas candidaturas que representam a luta antirracista e antissexista na cidade. Dentre essas, destaca-se a candidatura de Linda Brasil, ativista LGBTQAI+, a mais bem votada na capital sergipana com 5.773 votos para a Câmara Municipal de Aracaju. Apesar de se autodeclarar amarela na candidatura e ser da religião

espírita, a candidata defende projetos em prol da comunidade negra e de grupos de religiões de matriz africana.

Além de Linda Brasil, algumas candidaturas de pessoas negras também se destacaram nas eleições municipais de 2020 em Aracaju, como é o caso da reeleição do Professor Bittencourt (PC do B) em seu terceiro mandato, a primeira eleição de Binho (PMN) e a quarta eleição do Dr. Manuel Marcos (PSD). Os resultados, nestes casos acima citados, mantêm a proporção histórica da presença negra na Câmara de Vereadores de Aracaju, apesar do aumento significativo no número de candidaturas negras, como foi ressaltado, que denota maior interesse da população afrodescendente na busca de maior representatividade e inclusão na política.

Por outro lado, o bolsonarismo teve forte influência na campanha eleitoral de 2020 em Aracaju. A presença deste fenômeno nas eleições municipais do município se deu, principalmente, por meio do apoio de grupos conservadores e de setores da elite local. Essa presença foi impulsionada também por eventos nacionais, tais como a polarização ideológica que tomou conta do país seguido pela tentativa de emparejar as forças políticas de centro-esquerda com base em *Fake News* e no discurso em prol da segurança pública e pessoal e na luta contra a corrupção.

Os candidatos bolsonaristas aproveitaram esses eventos nacionais para se fortalecerem localmente a exemplo de Rodrigo Valadares, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que se autodeclarou bolsonarista durante a campanha e obteve o terceiro lugar na disputa, vencendo o candidato petista, Márcio Macedo. Além disso, a candidata Danielle Garcia, do Cidadania, também recebeu o apoio de setores bolsonaristas no segundo turno, embora tenha tentado se desvincular dessa imagem durante a campanha.

Outro aspecto importante da campanha eleitoral em Aracaju foi a mudança do jogo político local com o candidato Edvaldo Nogueira saindo do PC do B, onde formou seu pensamento e *práxis* política, para o PDT no intuito de ampliar sua influência e base eleitoral ao impactar diretamente nas alianças políticas locais. Enquanto os oponentes políticos acusaram Edvaldo de oportunismo político, a sua estratégia acabou se mostrando assertiva, uma vez que o candidato foi reeleito para o cargo de prefeito de Aracaju.

Por fim, a política de cotas raciais no fundo de campanha também foi um tema relevante neste pleito de 2020 em Aracaju. Vários vereadores se assumiram como pardos visando ampliar os recursos disponíveis para suas campanhas. Essa autodeclaração foi adotada por diversos candidatos, já que o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) estabeleceu, desde 2014, que a autodeclaração racial é suficiente para a comprovação da cor ou raça do candidato. Este desvirtuamento de uma medida do poder judiciário brasileiro contra o racismo estrutural que

perpetua a sub-representação e impede a ampliação da participação de pessoas negras na política, continuará sendo objeto de aperfeiçoamento por parte das instituições que integram o sistema político brasileiro.

Como apontado pelo estudo *“Desigualdades de gênero e raça na política brasileira”*, do Instituto Alziras em parceria da Oxfam Brasil, a sub-representação de mulheres e pessoas negras na política está diretamente relacionada a fatores como a desigualdade econômica, a falta de incentivos para a formação política e a dificuldade de acesso a recursos e apoios financeiros.

Com a impossibilidade de reeleição do Prefeito Edvaldo Nogueira agora em 2024, o pleito municipal ficou em aberto para quem estabelecesse a estratégia de campanha mais apropriada ao momento político. O grupo do Prefeito junto com o Governador do Estado, Fábio Mitidieri apostaram na aprovação e continuidade da gestão, a qual, segundo pesquisas internas beirava os 70%. Sendo assim lançou um candidato com este perfil, mesmo não sendo muito conhecido da população. Apesar de apoiar o candidato do Prefeito, o governador não impediu que a sua base lançasse mais duas candidaturas de duas mulheres, uma que foi a segunda colocada na eleição de 2020 e a outra, uma jovem deputada federal eleita em 2022. Havia ainda mais três mulheres na disputa: uma ligada ao bolsonarismo, uma ligada ao lulismo e ao PT e uma terceira do PSOL. O segundo turno ocorreu entre o candidato do Prefeito e do Governador e a candidata bolsonarista que esteve à frente nas pesquisas durante toda a campanha foi a vencedora do pleito.

Este quadro, justifica nosso argumento acerca do aumento do embranquecimento e do conservadorismo na gestão da cidade que se inicia em janeiro de 2025 junto com outros que colocamos acima sobre a presença ou invisibilidade de pessoas negras ocupando espaços de poder e que são explicitados nas tabelas 2, 3, 4 e 5 abaixo:

TABELA 2: QUADRO COMPARATIVO DO NUMERO DE CANDIDATOS A VEREADOR POR RAÇA/COR EM ARACAJU EM 2020⁵³ E 2024

ELEIÇÕES	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
2020	11 (1,52%)	179 (24,79%)	3 (0,42%)	2 (0,27%)	402 (55,68%)	125 (17,31%)	722
2024	8 (1,64%)	128 (26,28%)	2 (0,41%)	5 (1,03%)	254 (52,16%)	90 (18,48%)	487

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

TABELA 3: NUMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E RAÇA/COR EM 2020⁵⁴

PARTIDOS	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
PMN						1	1
PSOL	1						1
REDE		1					1
REPUBLICANOS		1			1		2
PROS		1					1
PSD					3	1	4
PP		1			1		2
PATRIOTA		1					1
PODEMOS		1					1
PDT		1			2		3
PT	1						1
DEM		1					1
CIDADANIA				1	1		2
SOLIDARIEDADE		1					1
PSB					1		1
P C do B						1	1
TOTAL DE ELEITOS	2	9		1	9	3	24

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

⁵³ **Observações:** Em 2020 haviam 24 (vinte e quatro) vagas para a câmara de vereadores de Aracaju. Em 2024, este número aumentou para 26 (vinte e seis) vagas.

⁵⁴ **Observações:** Os candidatos pretos foram o Professor Bitencourt pelo P C do B, o Binho pelo PMN e o Dr. Manoel Marcos pelo PSD. As candidatas autotclassificadas como amarelas foram Linda Brasil do PSOL e Prof. Ângela do PT. O candidato do Cidadania Ricardo Marques não se auto classificou.

TABELA 4: NUMERO DE CANDIDATOS ELEITOS POR PARTIDO E RAÇA/COR EM 2024⁵⁵

PARTIDOS	AMARELA	BRANCA	INDÍGENA	NÃO INFORMADA	PARDA	PRETA	TOTAL
MOBILIZA	1						1
PDT		2			1		3
PSD		3			2		5
PSOL		2					2
PL		1			1		2
PODEMOS		1				1	2
PT		1					1
REDE		1					1
UNIÃO		1			3		4
PSB					2		2
PP					1		1
PRD					1		1
MDB						1	1
TOTAL DE ELEITOS	1	12			11	2	26

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

TABELA 5: QUADRO COMPARATIVO DE CANDIDATURAS DE PRETOS E PARDOS POR PARTIDO DE ESQUERDA E CENTRO ESQUERDA EM 2020 E 2024 EM RELAÇÃO AO TOTAL DE CANDIDATOS DE CADA SIGLA⁵⁶

PARTIDOS	PRETOS 2020	PRETOS 2024	PARDOS 2020	PARDOS 2024
PSOL	4 (36,36%)	5 (38,46%)	3 (27,27%)	6 (46,15%)
PSB	5 (13,89%)	7 (25,93%)	22 (61,11%)	13 (48,15%)
PT	15 (46,88%)	6 (40,00%)	1 (3,13%)	3 (20,00%)
REDE	8 (32,00%)	XXXXXXXXXX	13 (52,00%)	9 (90,00%)
P C do B	6 (22,22%)	XXXXXXXXXX	12 (44,44%)	2 (100%)
SOLIDARIEDADE	3 (9,09%)	4 (20,00%)	23 (69,70%)	12 (60,00%)
PDT	9 (30,00%)	9 (33,33%)	12 (40,00%)	13 (33,33%)
PSTU ⁴	1 (50,00%)	XXXXXXXXXX	1 (50,00%)	XXXXXXXXXX
UP	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX	1 (50,00%)

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral

⁵⁵ **Observações:** Há uma redução no número de Partidos representados na Câmara de Vereadores com uma maior concentração no PSD e no UNIÃO. O Sgt. Byron saiu do Cidadania onde se elegeu em 2020 como pardo e para ingressar no MDB se autotransferindo para preto. Nitinho do PSD e Isac que era do PDT em 2020 e passou para o União em 2024, mudaram sua autotransferência de pardo para branco em 2024.

⁵⁶ **Observações:** O PSTU não lançou candidaturas de pretos e pardos em 2024 assim como a UP em 2020. Candidatos pretos com bom antecedente eleitoral, tais como Conceição Vieira e Prof. Bitencourt não foram reeleitos em 2024.

6 CONCLUSÃO

O esforço empreendido nesta investigação tem como inspiração a busca constante do aprimoramento da democracia a partir da contribuição de Robert Dahl em Poliarquia, onde a contestação e a inclusão são requisitos a este intento nas sociedades multiculturais como a brasileira. Por outro lado, a luta histórica de diversas lideranças negras que a cada processo eleitoral, coloca seu nome e sua militância a disposição das estruturas partidárias no intuito de promover mudanças efetivas na composição dos espaços de poder político presentes nos âmbitos municipal, estadual e federal. Aliado a esta ideia e neste contexto, entendemos que os espaços de poder vigentes nestes sistemas políticos não podem prescindir nem embargar movimentos em prol de uma representação descritiva seletiva dos grupos subalternos presentes nestas sociedades como aponta Campos e Machado (p. 150-151, 2020).

Esta representação, enquanto tipo ideal, não deveria ser alijada do compromisso do representante com a causa, mas não é desta forma que vem se conformando nas esferas de poder em nosso país. Acordos outros de ordem política e realidades diferenciadas permitem que boa parte dos negros (as) e mulheres eleitos (as) para o parlamento ou mesmo para o executivo não tenha compromisso com a questão racial ou de gênero.

É neste sentido que surge o grande desafio para os movimentos negros e de mulheres, preparando seus quadros para esta disputa no intuito tanto de garantir a defesa das ações afirmativas, mas, simultaneamente, inserir visões alternativas sobre as pautas gerais que transitam nos espaços de poder a partir do lugar histórico que ocupa na sociedade. Isto ocorreu com várias lideranças negras e femininas em âmbito nacional como demonstramos neste trabalho.

Acreditamos ser possível e necessário ativistas negros (as) obterem sucesso eleitoral, mas dado os filtros legais, financeiros, materiais e ideológicos, dentre outros, que uma eleição impõe, esta condição requererá o estabelecimento de acordos intra organizações do movimento negro, uma análise dos perfis pessoais, adequação discursiva e a ampliação da escuta política, tanto para sair da ‘bolha’ quanto para mobilizar pessoas brancas antirracistas na linha do que defende a Bell Hooks. Por outro lado, e isto é chave, uma ampliação, mensuração e incremento dos resultados alcançados pelo trabalho junto à sua base social levando tantas ações afirmativas quanto políticas públicas de caráter universal.

Foi isto que tentei operar na oportunidade em que coloquei meu nome a disposição do Partido dos Trabalhadores em 2002, para uma candidatura a deputado federal e é isto que orientaria aos (as) ativistas da causa racial fazerem, caso se disponham a participar de futuras

eleições em qualquer instância federativa, guardadas as estratégias que deverão ser adaptadas para cada momento.

Por fim, chamamos a atenção para o fato de que a cotização dos recursos do fundo eleitoral para as candidaturas de pessoas negras no ano de 2020, autorizados pelo Supremo Tribunal Federal (STF), contribuiu, mas ainda não foi um fator determinante para garantir o seu acesso a um mandato parlamentar na câmara de vereadores. Outros dois grandes desafios, neste caso, residem na forma como os partidos estão gerindo e distribuindo estes recursos e no critério de autoclassificação utilizado pelo TSE que estimula a fraude racial por parte de muitos eleitos (as) como foi perceptível após a redução do percentual de recursos para candidaturas negras via Pec da Anistia.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Sílvio L. *O que é racismo estrutural?* Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Sílvio L. *O TSE e o Reino de Wakanda*. Folha de S.Paulo, 7 dez. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/silvio-almeida/2020/12/o-tse-e-o-reino-de-wakanda.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

ANDREWS, George R. Mobilização política negra no Brasil (1975-1990). *História: Questões e Debates*, Curitiba, v. 63, n. 2, p. 13-39, jul./dez. 2015.

CAMPOS, Luiz A. Racismo em três dimensões: uma abordagem realista-crítica. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 32, n. 95, p. 1-19, 2017.

_____. CAMPOS, Luiz A e MACHADO, Carlos. *Raça e eleições no Brasil*. Porto Alegre: Zouk, 2020.

_____. CAMPOS, Luiz A e MACHADO, Carlos. A cor dos eleitos: determinantes da sub representação política dos não brancos no Brasil. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 16, jan./abr., 2015.

DAHL, Robert A. *A Poliarquia: participação e oposição*. Tradução Celso Mauro Paciornik. 1 reimp. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

_____. *Sobre a Democracia*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2001, 2016(2º reimpressão).

DANTAS, Ibarê C. *Os partidos políticos em Sergipe (1889-1964)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1989.

_____. *Eleições em Sergipe (1985-2000)*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2002.

DOMINGUES, Petrônio J. Movimento negro brasileiro: alguns apontamentos históricos. *Revista Tempo*, Niterói, v. 12, n. 23, p. 100-122, 2007.

FERNANDES, Florestan. *A integração do negro na sociedade de classes*. 3ª ed. Vol. 1, 2. São Paulo: Ática, 1978.

FIRPO, Sérgio; FRANÇA, Michael; PORTELLA, Alysson; TAVARES, Rafael. *Desigualdade Racial nas Eleições Brasileiras. Núcleo de Estudos Raciais – Insuper*. São Paulo: USP, 2022.

FOLHA DE S. PAULO. *Núcleos afros de partidos se unem contra 'falsos negros' em estreia de cota na eleição*. Folha de S. Paulo, 11 out. 2020. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2020/09/nucleos-afros-de-partidos-se-unem-contrafalsos-negros-em-estrela-de-cota-na-eleicao.shtml>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

HOOKS, Bell. *Olhares negros: raça e representação*. Tradução de Stephanie Borges. São Paulo: Elefante, 2019.

IREÉ. *As burocracias partidárias vão na direção inversa das ruas*. IREE, 10 nov. 2020. Disponível em: <<https://iree.org.br/as-burocracias-partidarias-va-na-direcao-inversa-das-ruas/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

IREÉ. *O “novo Congresso” e a eleição municipal 2020*. IREE, 5 out. 2020. Disponível em: <<https://iree.org.br/o-novo-congresso-e-a-eleicao-municipal-de-2020/>>. Acesso em: 12 mai. 2023.

JOHNSON, Ollie A. A representação racial e política no Brasil: parlamentares negros no Congresso Nacional (1983-99). *Estudos Afro-asiáticos*, Rio de Janeiro, n. 38, dez. 2000.
KINZO, Maria D. A. G. Partidos, eleições e democracia no Brasil pós-1985. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, São Paulo, v. 19, n. 54, p. 23-40, 2004.

LAMOUNIER, Bolívar e MENEGUELLO, Raquel. *Partidos políticos e consolidação democrática: o caso brasileiro*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

LOPES, Eliano Sérgio A. Opinião – A “geleia geral” das eleições municipais de 2020 em Aracaju. *JL Política*, 13 out. 2020. Disponível em <<https://jlpolitica.com.br/coluna-aforte/com-nome-de-cabeca-de-porco-vereador-tenta-ser-um-marco-na-assistencia-as-pessoas/notas/opiniao-a-geleia-geral-das-eleicoes-municipais-de-2020-em-aracaju>>.

NOBRE, Marcos. *Imobilismo em movimento: Da abertura democrática ao governo Dilma*. 1ª ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

OLIVEIRA, Clóvis L. P. O negro e o poder no Brasil: uma proposta de agendas de pesquisa. *Cadernos CRH*, Salvador, n. 36, p. 48-67, jan./jun. 2002.

_____. Estratégias eleitorais de políticos negros no Brasil na era do marketing político. *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, n. 21, p. 321-360, set./dez. 2016.

RIOS, Flávia M. *Elite Política Negra no Brasil: Relação entre movimento social, partido políticos e Estado*. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2014.

_____. PAZ, Huri. Representação Política nas cidades brasileiras: Gênero, Raça e Etnicidade nas eleições 2020. *Cadernos Adenauer XXII*, nº1, 2022.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Acórdão e voto-vista CTA n°.0600306-47.2019.6.00.0000/DF*. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 25 jun. 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Ação de descumprimento de preceito fundamental com pedido de concessão de medida cautelar do PSOL*. Tribunal Superior Eleitoral, Brasília, DF, 2020. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br>>. Acesso em: 10 mai. 2023.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL (TSE). *Divulgação de candidaturas e Contas Eleitorais*. Disponível em: <https://divulgacandcontas.tse.jus.br/divulga/#/municipios/2020/2030402020/31054/candidatos>. Acesso em: 11 mai. 2023